



CONCURSO PÚBLICO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ - PMPI



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA – TIPO B

CONCURSO PÚBLICO VISANDO INGRESSO EM CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

DATA: 10/10/2021 – HORÁRIO: 8h30 às 13h30 (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

01. Você deve receber do fiscal o seguinte material:
 - a) Este caderno (**TIPO B**) com 60 questões objetivas sem falha ou repetição.
 - b) Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova. *Verifique se o tipo de caderno (TIPO B) é o mesmo que consta no seu Cartão-Resposta.*

OBS: Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e, em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
02. Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
03. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica com tinta de cor preta.
04. Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
05. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
06. Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
07. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); assinale apenas uma alternativa para cada questão, pois somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
08. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
10. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
11. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA, o CARTÃO-RESPOSTA e o CADERNO DA PROVA DISSERTATIVA que deverão conter sua assinatura.
12. O tempo de duração para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
13. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de **4h** do início de sua prova.
14. O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

01		31	
02		32	
03		33	
04		34	
05		35	
06		36	
07		37	
08		38	
09		39	
10		40	
11		41	
12		42	
13		43	
14		44	
15		45	
16		46	
17		47	
18		48	
19		49	
20		50	
21		51	
22		52	
23		53	
24		54	
25		55	
26		56	
27		57	
28		58	
29		59	
30		60	

CONCURSO PÚBLICO - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ - CFO
FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE

N ° DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I para as questões 01 e 02.

Gen. Octávio Costa:

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação. É um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente, para sempre.

(<http://www.dphcex.eb.mil.br/images/PRVT/Cartilha-2---VALORES-E-TICA-PROFISSIONAL-MILITARES---A3-Verso-Provisrio.pdf>, acesso em 26.3.2021)

01. Os textos em geral adotam estratégias específicas para configurar o que pretendem expressar. Nesse texto, o pronunciamento do enunciador adota como estratégia
- a) a recorrência frequente ao recurso da intertextualidade.
 - a) a formulação de uma ideia geral para atenuá-la em seguida.
 - a) a profusão de metáforas artísticas na produção do texto literário.
 - a) a negação de ideias gerais para afirmação de um ponto de vista.
 - a) a polissemia para sugerir os diferentes pontos de vista que cercam o tema.
02. Na oração “*que se despe com facilidade e até com indiferença*”, verifica-se a indeterminação do termo conhecido sintaticamente como
- a) sujeito.
 - b) objeto direto.
 - c) verbo transitivo.
 - d) adjunto adverbial.
 - e) agente da passiva.

Texto II para as questões 03 e 04.



(<https://www.galeria56.com.br/profissoes/copia-advogado-a-profissoes>, acesso em 26.3.2021)

03. O texto, assumindo características do gênero verbete, atribui várias qualificações positivas ao policial. Dessas qualificações dispostas no texto, uma inferência coerente é a de que
- a) o policial age movido pelo desejo de fazer justiça.
 - b) o policial atua como agente da garantia da justiça.
 - c) o policial executa um trabalho com característica altruísta.
 - d) o policial é profissional muito pouco valorizado socialmente.
 - e) o policial trabalha com a intenção de deixar de ser “herói anônimo”.
04. O gerúndio presente em “*Profissional que, trabalhando na polícia, zela pela manutenção da ordem e pela segurança dos cidadãos*” tem valor de
- a) lugar: onde trabalha.
 - b) causa: já que trabalha.
 - c) condição: caso trabalhe.
 - d) consecutivo: tanto que trabalha.
 - e) concessão: mesmo que trabalhe.

Texto III para a questão **05**.



(<https://www.itu.com.br/artigo/idolstras-da-bandidagem-policiais-sao-herois-20161130>, acesso em 26.3.2021)

05. Por ser texto identificado com o gênero cartaz, o emprego da língua padrão não é de rigor. Porém, se o texto verbal fizesse parte de um gênero que habitualmente faz uso da língua formal, como o editorial, seria necessário

- a) empregar vírgula imediatamente após “Obrigado”.
- b) suprimir o pronome possessivo anafórico “Nosso”.
- c) eliminar o acento agudo da vogal tônica de “Heróis”.
- d) empregar hífen no nome composto “anjos da guarda”.
- e) antepor o adjetivo apreciativo “anônimos” ao substantivo.

Texto IV para a questão **06**.



(<https://blogdoenem.com.br/gramatica-enem-hifen/acesso> em 27.3.2021)

06. A tira remete às recentes alterações ortográficas da língua portuguesa, especificamente à supressão do trema e ao emprego do hífen. Quanto à presença ou à ausência do hífen, estão corretas as palavras do item

- a) coautor, co-réu e micro-ondas.
- b) minissaia, re-escrever e contra-ataque.
- c) anti-rábico, sub-delegado e sub-região.
- d) mão-de-obra, dona-de-casa e semi-reta.
- e) contrarregra, minirreforma e louva-a-deus.

LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

07. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, analise as afirmações a seguir e marque a alternativa **CORRETA**.

- a) É vedada aos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a acumulação remunerada de cargos públicos, haja vista a exigência de dedicação integral à Segurança Pública.
- b) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira incumbem-se as funções de polícia judiciária e a apuração de todas infrações penais.
- c) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, bem como podem, também, atuar no policiamento ostensivo, conforme dispuser a lei.
- d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais e subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- e) Às polícias militares cabe o policiamento ostensivo e o velado, bem como a preservação da segurança pública; aos corpos de bombeiros militares cabe a atividade de combate a incêndios e salvamentos.

08. A Lei nº 3.808 de 16/07/1981, que trata do Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí, regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos Policiais Militares do Estado do Piauí. Com base nesta norma, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s) e, ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.



- I. () Os integrantes da Polícia Militar, em razão da destinação constitucional da Corporação e em decorrência das Leis vigentes, constituem uma categoria especial dos servidores públicos estaduais e são denominados policiais militares.
- II. () Os Policiais Militares encontram-se em três situações: Ativo, Inativo e Reserva Convocado.
- III. () A carreira Policial Militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades da Polícia Militar, denominada atividade policial-militar.
- IV. () Os Policiais Militares Reformados poderão ser convocados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Governador do Estado, desde que haja conveniência para o serviço.
- V. () A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre policiais militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.
- VI. () Posto é o grau hierárquico das Praças, conferido por ato do Governador do Estado.
- VII. () São proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores, quanto as de caráter reivindicatório.

- a) V, F, V, F, V, F, V.
b) V, V, V, F, V, F, V.
c) V, F, V, V, V, F, V.
d) V, F, V, F, F, F, V.
e) V, F, V, F, V, F, F.

09. A Lei nº 3.728 de 27/5/1980 regulamenta o Conselho de Justificação da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí. Conforme essa lei, indique a alternativa **CORRETA**.

- a) O Conselho de Justificação não pode ser aplicado ao Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado, em razão dos princípios da segurança jurídica e do direito adquirido.

- b) A nomeação do Conselho de Justificação é da competência do Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí.
- c) O Conselho de Justificação será composto apenas por Oficiais da Ativa.
- d) O Conselho de Justificação funcionará sempre com a totalidade de seus membros, em local que seu presidente julgar melhor indicado para apuração de fato.
- e) A reforma do Oficial ou sua demissão “*ex-officio*”, conseqüente da perda do posto e patente, conforme o caso, serão efetuadas por ato do Comandante Geral, tão logo seja publicada a sentença transitada em julgado.

10. Tendo como base a Constituição do Estado do Piauí, analise as afirmações a seguir e marque a alternativa **CORRETA**.

- a) O Comando da Polícia Militar pode ser exercido, excepcionalmente, por oficial das Forças Armadas cujo nome tenha prévia aprovação pelo Ministério da Defesa.
- b) A Polícia Militar está vinculada, operacionalmente, ao sistema de segurança pública do Estado, devendo seguir as políticas e diretrizes baixadas pela autoridade competente, na execução das atribuições que lhe são próprias.
- c) À Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública; além das atribuições definidas em lei, incumbe-se a ambos a execução de atividades de defesa civil.
- d) A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças auxiliares e reserva das Forças Armadas, subordinam-se, juntamente com a Polícia Civil e a Polícia Penal, ao Governador do Estado.
- e) O Comando da Polícia Militar tem autonomia administrativa e operacional em relação ao Sistema de Segurança Pública do Piauí, tendo seu Comandante Geral *status* de Secretário de Estado, devendo ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça do Piauí.



**LEGISLAÇÃO ESPECIAL
APLICADA À SEGURANÇA
PÚBLICA**

11. A Lei nº 7.170, de 14/12/1983, trata dos crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social. Com fundamento na elencada legislação, associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.

- I. () Quando o fato estiver também previsto como crime no Código Penal, no Código Penal Militar ou em leis especiais, independente de motivação, a competência será desta Lei referida.
- II. () Na aplicação desta Lei, aplicar-se-á a Parte Geral do Código Penal e, subsidiariamente, a sua Parte Especial.
- III. () Constitui crime tentar mudar, com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito.
- IV. () Constitui crime tentar caluniar ou difamar o Presidente da República, o do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados ou o do Supremo Tribunal Federal, imputando-lhes fato definido como crime ou fato ofensivo à reputação.
- V. () Para apuração de fato que configure crime previsto nesta Lei, instaurar-se-á inquérito policial, que é de competência exclusiva da Polícia Federal.
- VI. () Constitui crime tentar incitar a subversão da ordem política ou social e a luta com violência entre as classes sociais.

- a) F, F, V, V, F, V.
- b) V, V, F, F, V, F.
- c) F, V, V, V, F, F.
- d) V, F, V, F, V, F.
- e) F, F, V, F, F, V.

12. Acerca da Lei nº 10.446, de 08/5/2002, que autoriza a ação da Polícia Federal (PF) a proceder à investigação de determinadas infrações criminais com repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme e considerando os crimes em que a PF poderá atuar, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.

- I. () Crimes de sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro, crimes em que o agente foi impelido por motivação política ou quando praticados em razão da função que a vítima ocupa no mercado de ativos no estrangeiro.
- II. () Crimes de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e venda, inclusive pela internet, depósito ou distribuição do produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado.
- III. () Quaisquer crimes praticados nas embaixadas do Mercosul, com sede em território brasileiro.
- IV. () Crimes praticados contra as Forças Armadas.
- V. () Crime de formação de cartel.
- VI. () Crimes de furto, roubo ou dano contra instituições financeiras, incluindo agências bancárias ou caixas eletrônicos, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação.
- VII. () Quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo preconceituoso, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres, aos imigrantes estrangeiros, negros, índios e a idosos.



- a) F, V, F, F, V, V, F.
- b) F, F, F, V, V, V, F.
- c) F, V, V, V, V, V, F.
- d) F, V, F, V, V, V, V.
- e) F, V, V, V, V, V, V.

13. A Lei nº 9.455, de 07/4/1997, define os Crimes de Tortura. De acordo com a referida norma, associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s) e, ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.

- I. () No crime de tortura, em que a pessoa presa ou sujeita a medida de segurança é submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, não é exigido, para sua concretização, especial fim de agir por parte do agente, bastando, portanto, para a configuração do crime, o dolo de praticar a conduta descrita no tipo objetivo.
- II. () A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte, em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.
- III. () O disposto nesta Lei aplica-se, ainda, quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- IV. () A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- V. () O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- VI. () O Oficial da PM que se omite em relação à conduta de Praça que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais severa do que a aplicável ao torturador.

VII. () Caso um agente público responda pelo crime de tortura, a pena dele poderá ser aumentada de (um) sexto a (um) terço devido à sua função pública.

- a) V, F, V, V, V, F, V.
- b) V, V, V, F, V, F, V.
- c) V, F, V, V, F, F, F.
- d) V, F, V, F, V, F, V.
- e) F, F, V, V, V, F, V.

14. Considerando o disposto na Lei nº 8.429 de 02/6/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s) e, ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.

- I. () No caso de enriquecimento ilícito, além do agente público, o terceiro beneficiário também perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- II. () Constitui ato de improbidade administrativa, por exemplo, uma ação ou omissão do agente público que viole gravemente os deveres de honestidade e lealdade às instituições.
- III. () A prática de atos de improbidade administrativa está diretamente associada à hierarquia dos agentes públicos, os quais não respondem por tais atos quando não tiverem poder decisório ou quando ocuparem o baixo escalão da estrutura governamental.
- IV. () Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto para o agente público.
- V. () Apenas as autoridades elencadas na Lei de Improbidade têm a prerrogativa de representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- VI. () São considerados atos de improbidade administrativa somente aqueles que importem em



enriquecimento ilícito do infrator ou prejuízo financeiro ao erário.

VII. () A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos serão efetivadas imediatamente após a publicação da sentença condenatória.

VIII. () Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõe a Lei.

- a) V, F, F, V, F, F, F, V.
- b) V, V, V, V, F, F, F, V.
- c) V, V, F, V, F, F, V, V.
- d) V, V, F, V, F, V, F, V.
- e) V, V, F, V, F, F, F, V.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

15. A desertificação é definida como a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. Trata-se de um problema ambiental grave, que gera, por exemplo, a infertilidade do solo e a redução da produtividade econômica nas áreas afetadas. Sobre a desertificação no Piauí, é **CORRETO** afirmar que

- a) o Piauí tem diversas áreas suscetíveis à desertificação, todas relacionadas com o avanço da sojicultura.
- b) o Piauí tem áreas suscetíveis à desertificação em dezenas de seus municípios, cujo destaque é o Núcleo de Desertificação de Gilbués.
- c) o Piauí não tem áreas suscetíveis à desertificação, pois não apresenta características climáticas que tornem seu território suscetível ao fenômeno.
- d) no Piauí as áreas suscetíveis à desertificação estão concentradas nas margens do rio Poti.
- e) no Piauí, as áreas suscetíveis à desertificação estão concentradas nas margens do rio Longá.

16. “É no contexto da ampliação das possibilidades de instalação e funcionamento de novas dinâmicas produtivas que se situa o projeto da ferrovia Transnordestina, visando criar novos eixos de circulação [...]. A construção da ferrovia se estende no território do Piauí, cortando municípios e alterando tanto a materialidade do espaço quanto as redes de relações mantidas. [...] Embora ainda não esteja em funcionamento, a ferrovia Transnordestina já impulsiona processos que promovem importantes transformações territoriais.”

Fonte: SILVA, Simone Rodrigues da; FAÇANHA, Antonio Cardoso. A Ferrovia Transnordestina e as transformações territoriais no município de Paulistana-PI. *ACTA Geográfica*.v. 13, n. 32, 2019. p. 88. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/5038/2694>

A Ferrovia Transnordestina, que se encontra em construção no Piauí, deverá alcançar 1.752km de extensão, sendo uma das grandes obras de infraestrutura em implantação no estado. A abrangência regional dessa obra tem o intuito de promover novas conexões para a circulação no Nordeste, ligando portos e servindo a dinâmicas produtivas instaladas e em instalação nos estados cortados pela estrada de ferro. Sobre a Ferrovia Transnordestina e sua importância estratégica para o Piauí, é **CORRETO** afirmar que

- a) ligará áreas do cerrado aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), permitindo o escoamento da produção de grãos e a instalação de projetos de extração de minerais metálicos no Piauí.
- b) ligará os portos de Suape (PE) e Itaqui (MA), permitindo o escoamento de grãos e pedras de opala produzidos no Piauí.
- c) ligará o porto de Luís Correia (PI) ao porto de Suape (PE), servindo para o transporte de combustível e mercadorias importadas.
- d) ligará o porto de Suape (PE) a Teresina, capital do Piauí, sendo uma nova forma de transporte de passageiros e de mercadorias para os municípios cortados pela ferrovia.
- e) ligará as áreas de cerrado aos portos de Suape (PE) e Areia Branca (RN), permitindo o escoamento da produção de grãos e frutas para exportação.

17. Observe o quadro abaixo:

MUNICÍPIOS DO PIAUÍ 10 MAIORES PIB		
Posição	Município	PIB (R\$ 1.000)
1	Teresina	20.961.471
2	Parnaíba	2.322.827
3	Uruçuí	1.703.352
4	Picos	1.516.822
5	Floriano	1.104.969
6	Baixa Grande do Ribeiro	953.257
7	Bom Jesus	908.344
8	Guadalupe	741.263
9	Piripiri	718.876
10	Campo Maior	610.942

Fonte: IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios* 2018. FIBGE: Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101776>.

Conforme dados divulgados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto – PIB do Piauí em 2018 era de R\$ 50,378 bilhões, sendo majoritariamente composto pelo setor de serviços, que responde por mais de 70% do PIB estadual. Conforme os dados do quadro acima, em que constam os municípios que têm os 10 maiores PIB do estado do Piauí, verifica-se que se trata de municípios localizados em diferentes regiões do estado e que têm sua economia baseada em diversas atividades econômicas, predominando, em cada um, distintos setores da economia.

A respeito da relação entre os municípios com os maiores PIB do estado do Piauí e os setores da economia e atividades econômicas que predominam em cada uma delas, é **CORRETO** afirmar que

- o destaque de Teresina, que concentra a maior parte do PIB estadual, deve-se ao setor da indústria.
- o destaque de Picos entre os 10 maiores PIB do estado deve-se à proeminência do setor dos serviços no município.
- na composição do PIB de Uruçuí, entre os 10 maiores PIB do estado, o setor de Serviços tem a menor participação.
- na composição do PIB de Campo Maior, que se posicionou em 2018 como o 10º maior PIB do estado, o setor da indústria tem a menor participação.

- o destaque de Bom Jesus, que está entre os 10 maiores PIB do estado, deve-se, em primeiro lugar, ao setor agropecuário.

18.



Fonte: CELEIRO, João Pedro. Mapa mostra o principal destino das exportações de cada estado. *Exame*, 13 de janeiro de 2018.

Disponível em: <https://exame.com/economia/mapa-mostra-o-principal-destino-das-exportacoes-de-cada-estado/>

Ao observar o mapa acima, percebe-se a importância da China enquanto parceira comercial do Brasil e a destacada importância para a economia piauiense. Considerando o fato de ser a China o principal destino das exportações oriundas do Piauí, assinale a alternativa em que constam os três produtos mais exportados pelo estado do Piauí, em quantidade de toneladas.

- Couro, minério de ferro e ceras vegetais.
- Algodão, grãos de soja e opala.
- Grãos de soja, castanha de caju e milho.
- Grãos de soja, milho e algodão.
- Algodão, mel natural e couros.

19. Por ter seu território situado numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, o território do Piauí tem uma vegetação característica desse espaço de transição entre ecossistemas: a mata dos cocais. Entre as espécies encontradas na mata dos cocais, destacam-se as palmeiras de babaçu e carnaúba, esta última de destacada



relevância para o estado do Piauí. Sobre a carnaúba e sua importância para o Piauí, é **INCORRETO** afirmar que

- a) da carnaúba extraem-se cera e pó, com diversas aplicações na indústria, sendo produtos importantes para as exportações do Piauí.
- b) a palha da carnaúba, matéria-prima para a produção de artesanatos, é fonte de renda para artesãos de pequenas cidades do interior do estado.
- c) com o avanço da fruticultura irrigada e do agronegócio de grãos, a carnaúba deixou de ter importância comercial para o estado, não figurando mais os derivados dela entre os produtos da pauta de exportação.
- d) a carnaúba foi eleita, em 2017, como a árvore símbolo do Piauí.
- e) entre os usos tradicionais, os troncos e talos da carnaúba costumavam ser utilizados em construções de casas e cercas.

20. O Piauí teve sua colonização intimamente ligada à pecuária, sendo sua ocupação vinculada às fazendas e aos caminhos, que em grande parte margeavam rios. A multiplicação das fazendas, nos séculos XVII e XVIII, levou ao surgimento das primeiras freguesias, que se tornariam as primeiras vilas e cidades do Piauí. Foi a partir desse conjunto de vilas e cidades coloniais que se estruturou o território do que viria a ser o estado do Piauí, como conhecemos hoje.

A respeito dessas primeiras vilas e cidades, é **CORRETO** afirmar que

- a) Teresina foi a primeira vila do Piauí, tornando-se a sua capital.
- b) a Vila da Mocha foi a primeira vila do que seria o Piauí, sendo Teresina a sua primeira cidade e capital.
- c) fazem parte das primeiras vilas do Piauí as Vilas de Uruçuí, Piripiri, Parnaíba e Valença.
- d) fazem parte das primeiras vilas do Piauí as Vilas de Teresina, Campo Maior, Parnaíba e Marvão.
- e) fazem parte das primeiras vilas do Piauí as Vilas de Valença, Jerumenha, Campo Maior e Marvão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, declara que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Com base neste enunciado e no texto constitucional, marque a única alternativa **CORRETA**.
- a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, podendo ocorrer censura ou licença.
 - b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
 - c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei complementar estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
 - d) A lei complementar estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição.
 - e) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei; a lei considerará crimes inafiançáveis, e insuscetíveis de graça ou anistia, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
22. Segundo Marcelo Novelino, em página 738, de seu livro Curso de Direito Constitucional, 16ª edição, 2021, ed. JusPodivm: “No sistema presidencialista, como adotado pela Constituição brasileira de 1988, o Chefe do Poder Executivo exerce atos de chefia do Estado, do governo e da administração”. Em relação ao Poder executivo e ao texto Constitucional, marque a única alternativa **CORRETA**.
- a) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado; será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
 - b) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.
 - c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
 - d) Compete privativamente ao Presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, sempre dos órgãos instituídos em lei, bem como exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
 - e) Em relação aos crimes de responsabilidade do Presidente da República, caso seja admitida a acusação contra o Presidente da República, por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado



Federal, nos crimes de responsabilidade, mas, na vigência de seu mandato, não podendo ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

23. O processo legislativo proposto pela Constituição Federal de 1988 compreende a elaboração de um conjunto de normas. Marque a única alternativa **CORRETA** a respeito do processo legislativo e das normas constitucionais.

- a) O processo legislativo compreende somente a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis delegadas; medidas provisórias, decreto-lei, resoluções e jurisprudência.
- b) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, bem como de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- c) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal, podendo o Presidente da República solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- d) A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará e, caso considere o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- e) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

24. Segundo Marcelo Novelino em página 675 seu livro Curso de Direito Constitucional 16ª edição 2021 ed. JusPodivm: “O poder legislativo foi concebido na Inglaterra, durante a Idade Média, com a finalidade de limitar a autoridade dos Reis. No sistema unicameral, geralmente adotado em Estados Unitários, o Legislativo é formado por um único órgão. O sistema bicameral, por sua vez, é característico de Estados Federais, nos quais as manifestações do Poder Legislativo resultam da conjugação da vontade de seus dois órgãos. Na Esfera Federal, a Constituição brasileira incorporou o bicameralismo do tipo federativo, no qual o Congresso Nacional é composto por duas casas: a de representantes do povo (Câmara dos Deputados) e a de representantes do Estados e do Distrito Federal (Senado)”. Em relação ao Congresso Nacional brasileiro e ao texto Constitucional, marque a única alternativa **CORRETA**.

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- b) O número total de deputados bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal serão estabelecidos por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano das eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional, e cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.
- d) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional e autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.



e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, poderá ser exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.

25. A respeito dos princípios fundamentais, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito. Marque, então, a única alternativa que contempla corretamente um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- a) O pluralismo político.
- b) A solução pacífica dos conflitos.
- c) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- e) A concessão de asilo político.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Segundo Rafael Carvalho Rezende Oliveira, no seu *Curso de Direito Administrativo*, editora Método, na página 257: “A exteriorização da vontade administrativa pode ocorrer de diversas formas, notadamente por meio de manifestações unilaterais, bilaterais ou plurilaterais. O ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública e de seus delegatários, no exercício da função delegada, que, sob o regime de direito público, pretende produzir efeitos jurídicos com objetivo de implementar o interesse público.”

Marque a única alternativa **CORRETA** sobre o ato administrativo.

a) Os atos administrativos são eventos materiais que podem repercutir no mundo jurídico. Em determinadas hipóteses representam simples acontecimentos

materiais, sem produção imediata de efeitos jurídicos.

- b) Os fatos jurídicos representam a vontade da Administração preordenada ao atendimento da finalidade pública, como o ato punitivo editado no processo administrativo disciplinar.
- c) A delegação é o chamamento, pela autoridade superior, das atribuições inicialmente outorgadas pela lei ao agente subordinado.
- d) A avocação é a transferência precária, total ou parcial, do exercício de determinadas atribuições administrativas, inicialmente conferidas ao delegante, para outro agente público.
- e) A distinção entre os atos discricionários e os atos vinculados é realizada a partir do critério da liberdade do agente público. Enquanto nos atos vinculados não há margem de liberdade por parte do agente público, uma vez que os elementos do ato estão integralmente previstos na legislação, nos atos discricionários há margem de liberdade para o agente público analisar a conveniência e a oportunidade na edição do respectivo ato administrativo.

27. Segundo José dos Santos Carvalho Filho, no seu manual de *Direito Administrativo*, 31ª edição, editora Atlas, na página 18: “os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Representam cânones pré-normativos, norteados a conduta do Estado quando no exercício de atividades administrativas”. Nos termos da lei constitucional acerca dos princípios e da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes, marque a única alternativa **CORRETA**.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros residentes no país, na forma da lei complementar.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a



complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei complementar, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em decreto de livre nomeação e exoneração.

- c) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por até um ano.
- d) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei complementar, destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia, podendo terceirizados ter atribuições de assessoramento.
- e) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

28. Segundo Rafael Carvalho Rezende Oliveira, no seu curso de Direito Administrativo, editora Método, página 773: “No âmbito do Estado Democrático de Direito, a Administração Pública encontra-se limitada pelo ordenamento jurídico, devendo exercer suas funções com intuito de promover e defender os direitos fundamentais.”

Nos termos da doutrina e da legislação, marque a única alternativa **CORRETA**.

- a) Controle administrativo é a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para fiscalizar e corrigir, a partir dos critérios de legalidade ou de mérito, a sua própria atuação.
- b) O controle legislativo é exercido pelo Poder Executivo por meio da Receita Federal, e o referido controle será exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo, somente nos limites fixados por lei ordinária.
- c) O controle jurisdicional envolve a apreciação pelo Poder Judiciário da juridicidade e do mérito dos atos oriundos somente dos Poderes Executivo e Legislativo.

- d) O controle administrativo externo, exercido por determinada entidade administrativa sobre seus próprios órgãos, é denominado autotutela; cabe também ao Poder Executivo realizar o controle social.
- e) O controle da ação administrativa pode ser classificado a partir de cinco critérios: autocontrole, controle externo, controle social, controle preventivo e controle repressivo; o controle repressivo é exercido antes da publicação do ato administrativo e o preventivo, sobre o ato administrativo existente.

29. Segundo Rafael Carvalho Rezende Oliveira no seu curso de Direito Administrativo, editora Método, em página 671: a expressão “agentes públicos” possui conotação genérica e engloba todas as pessoas físicas que exercem funções estatais. Os agentes públicos são responsáveis pela manifestação de vontade do Estado e pelo exercício da função pública, que pode ser remunerada ou gratuita; definitiva ou temporária; com ou sem vínculo formal com o Estado. Nos termos da lei constitucional acerca dos servidores públicos e Administração Pública, marque a única alternativa **CORRETA**.

- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, bem como o direito de greve que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- b) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de admissão, bem como a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c) A remuneração dos servidores públicos e os vencimentos de que trata a Constituição Federal somente poderão ser fixados ou alterados por lei complementar, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral a cada dois anos, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- d) A remuneração e os vencimentos dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta,

autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se como limite, nos Municípios e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo.

- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo, devendo ocorrer a equiparação remuneratória para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

30. Segundo Rafael Carvalho Rezende Oliveira, no seu curso de Direito Administrativo, editora Método, na página 690: “Em regra, o texto constitucional veda a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas. A proibição incide sobre as seguintes entidades: Administração direta, Administração indireta e as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público. Todavia, admite-se, excepcionalmente, a acumulação de cargos, empregos e funções em determinadas situação”. Nos termos da lei constitucional, no que diz respeito à acumulação remunerada de cargos e à Administração Pública, marque a única alternativa **CORRETA**.

- a) O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, sem ressalvas, devendo ser recebidos de forma integral.
- b) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, por exemplo, a de dois cargos técnicos ou a de dois cargos científicos exercidos concomitantemente.
- c) Embora seja proibida a acumulação remunerada de cargos públicos, é

permitido acumular empregos nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista.

- d) O servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional, no exercício de mandato eletivo, investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) A acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas não acarreta a demissão do servidor, mesmo que tenha usado de má-fé. Caso seja detectada a acumulação, ele deverá ser notificado no prazo de 15 dias, informando sobre o cancelamento de sua última nomeação.

DIREITO PENAL

31. Quanto à imputabilidade penal, indique a alternativa **CORRETA**.

- a) O Código Penal adotou o sistema biopsicológico em relação aos menores de idade infratores.
- b) A embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito e força maior é uma causa de inimputabilidade.
- c) Na semi-imputabilidade subsiste a culpabilidade.
- d) O menor de idade reincidente é semi-imputável, podendo a sua pena ser diminuída em caso de crime tentado.
- e) A emoção ou paixão excluem a imputabilidade penal do réu primário.

32. Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O crime de peculato não admite a modalidade culposa.
- b) Na corrupção passiva, há uma ameaça, imposição ou intimidação, o que o torna crime mais grave que a concussão.



- c) O crime de prevaricação admite tentativa na modalidade omissiva.
- d) A advocacia administrativa consuma-se com o simples patrocínio pelo funcionário público do interesse privado e alheio.
- e) O contrabando tem pena em abstrato maior que a do descaminho, em razão de o primeiro tutelar a saúde pública, a moralidade administrativa e a ordem pública.

33. A proporcionalidade entre o crime praticado e a sanção abstratamente cominada no preceito secundário da norma penal materializa o princípio da

- a) Reserva legal.
- b) Legalidade.
- c) Individualização da pena.
- d) Responsabilidade pessoal.
- e) Ampla defesa.

34. Quanto à extinção da punibilidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A preempção é a perda do direito de ação provocada pela inércia processual do querelante, que acarreta a extinção da punibilidade.
- b) O casamento do agente com a vítima é uma causa de extinção da punibilidade.
- c) O perdão judicial pode ser concedido independentemente de previsão legal.
- d) A decadência é a perda do direito de queixa ou de representação em face da inércia do Ministério Público.
- e) A anistia, a graça e o indulto concretizam a renúncia do Estado ao direito de punir, e são emanados de órgãos estranhos ao Poder Judiciário; logo, para acolhimento dos referidos institutos não é necessário qualquer decisão judicial.

35. “Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil

ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente”.

A conduta acima configura o crime de

- a) Denúnciação caluniosa.
- b) Fraude Processual.
- c) Favorecimento pessoal.
- d) Comunicação falsa de crime.
- e) Favorecimento Real.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. Em relação à competência prevista no Código de Processo Penal, é **CORRETO** afirmar que

- a) a competência será, de regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu.
- b) compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes contra a vida previstos no Código Penal, exceto o crime de infanticídio.
- c) a competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- d) a competência será determinada pela prevenção quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- e) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

37. Acerca do acordo de não persecução penal, novidade incluída no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019, é **CORRETO** afirmar que

- a) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao acusado para que este inicie a execução do referido acordo perante o juízo de execução penal.



- b) A vítima será intimada apenas em caso de descumprimento do acordo de não persecução penal.
- c) O acordo de não persecução penal será formalizado oralmente ou por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- d) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo com concordância do investigado e seu defensor.
- e) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente absolverá o réu.

38. Acerca do *Habeas corpus*, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O referido remédio constitucional tem natureza jurídica de recurso.
- b) É cabível, caso esteja extinta a punibilidade.
- c) Em regra, a sua competência para julgamento é definida por quem seja o paciente impetrante.
- d) O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem; sendo vedada a impetração pelo Ministério Público, por ser a parte acusadora.
- e) Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.

39. Quanto ao interrogatório do acusado, previsto no Código de Processo Penal, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) A entrevista prévia e reservada com o defensor poderá ser dispensada, caso o réu seja acusado da prática de crimes com pena máxima inferior a 4 anos, ouvido o Ministério Público.

- b) Se confessar a autoria, o interrogando deverá prestar esclarecimentos e indicar provas.
- c) Na segunda parte do ato, o interrogando será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu, além de outros dados familiares e sociais.
- d) Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente, se assim requerido pelo Ministério Público.
- e) A todo tempo, o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.

40. Com base na Lei nº 7.960/89, que dispõe sobre a prisão temporária, é correto afirmar que esta poderá ser determinada ao agente que cometer o crime de

- a) Peculato.
- b) Furto.
- c) Homicídio culposo.
- d) Corrupção passiva.
- e) Sequestro ou cárcere privado.

DIREITO PENAL MILITAR

41. Quanto ao crime no CPM, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O agente que, involuntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- b) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, devendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.



- c) O erro dos elementos constitutivos do tipo exclui o dolo, ao passo que o erro sobre uma causa de justificação exclui a culpabilidade.
- d) O Código Castrense não prevê a figura do arrependimento posterior.
- e) O crime é tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma em razão da vontade do agente.
- 42.** Acerca do concurso de agentes no CPM, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) A cooperação dolosamente distinta não tem previsão no CPM.
- b) A pena é diminuída de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) com relação ao agente, cuja participação no crime é de somenos importância.
- c) Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças todos os que participam da ação.
- d) A pena é aumentada pela metade em relação ao agente que coage outrem à execução material do crime.
- e) O CPM adotou a teoria pluralista como regra.
- 43.** Quanto ao Título V (Das Penas) do CPM, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) A exclusão das forças armadas e a multa são penas acessórias.
- b) A pena de multa está inclusa no rol das penas principais.
- c) A suspensão dos direitos políticos é um efeito da condenação.
- d) A suspensão condicional da pena se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.
- e) O livramento condicional tem a natureza de incidente de execução.
- 44.** “*Reunirem-se dois ou mais militares ou assemelhados, com armamento ou material bélico, de propriedade militar, praticando violência à pessoa ou à coisa pública ou particular em lugar sujeito ou não à administração militar*” configura o crime de
- a) Omissão de lealdade militar.
- b) Conspiração.
- c) Organização de grupo para a prática de violência.
- d) Motim.
- e) Revolta.
- 45.** Em relação às causas de extinção da punibilidade segundo o CPM, é **CORRETO** afirmar que
- a) O perdão do ofendido e a decadência são previstos para os crimes menos graves.
- b) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- c) A reabilitação não está no rol das causas de extinção da punibilidade.
- d) A graça está prevista no referido código.
- e) Em caso de pena de morte, o crime é imprescritível.
- 46.** Em relação aos crimes impropriamente militares, marque a alternativa **CORRETA**.
- a) O bem jurídico afetado é exclusivo do meio militar.
- b) Estão previstos somente no CPM, segundo a teoria topográfica.
- c) Podem ser praticados por civil.
- d) Deserção e lesão corporal são exemplos dos referidos crimes.
- e) São imprescritíveis.
- 47.** Acerca da reincidência no Código Penal Militar, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois do julgamento em segunda instância que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.
- b) Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios e políticos.
- c) Não se toma em conta, para efeito da reincidência, a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento ou extinção da pena e o crime posterior, decorreu período de tempo superior a dois anos.



- d) O Código Penal Militar também tem o prazo depurador (sistema da temporariedade) de 05 (cinco) anos para a reincidência, assim como o Código Penal.
- e) A reincidência agrava a pena, ainda que íntegro ou qualifique o crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

48. A respeito da menagem, indique a alternativa **CORRETA**.

- a) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a dois anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
- b) O Ministério Público será previamente ouvido sobre a concessão da menagem, devendo emitir parecer no prazo máximo de cinco dias.
- c) O insubmisso terá o quartel por menagem, independentemente de decisão judicial, podendo, entretanto, ser cassada pela autoridade militar, por conveniência de disciplina.
- d) A menagem cessa com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) Ao reincidente somente se concederá menagem se necessária ao interesse da Justiça.

49. Segundo o artigo 504, §§1º e 2º, do CPPM: “A nulidade de um ato, uma vez declarada, envolverá a dos atos subsequentes / A decisão que declarar a nulidade indicará os atos a que ela se estende.”

As previsões legais acima materializam o princípio do(a)

- a) Prejuízo.
- b) Interesse.
- c) Causalidade.
- d) Convalidação.
- e) Conservação.

50. Em relação às exceções previstas no CPPM, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) A arguição de suspeição ou impedimento precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.
- b) A exceção de incompetência poderá ser oposta somente por escrito, logo após a qualificação do acusado.
- c) Qualquer das partes poderá arguir, por escrito, a existência de anterior sentença passada em julgado, ainda que sem a respectiva certidão.
- d) Julgada procedente a arguição de suspeição ou impedimento, ficarão suspensos os atos do processo principal.
- e) Se reconhecer a suspeição ou impedimento, o juiz não sustará a marcha do processo, mas mandará juntar aos autos o requerimento do recusante com os documentos que o instruem para posterior análise.

51. Acerca do inquérito policial militar (IPM), é **CORRETO** afirmar que

- a) O sigilo do IPM, em regra, é vedado.
- b) O Ministério Público determinará o arquivamento dos autos, se entender inadequada a instauração do inquérito.
- c) O inquérito deverá terminar em até vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito; ambos os prazos são improrrogáveis.
- d) O inquérito poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público, somente nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado.
- e) O IPM não pode ser iniciado mediante requisição judicial.



52. Quanto ao sequestro (Das providências que recaem sobre coisas), é **CORRETO** afirmar que

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a autoridade judiciária militar, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará a avaliação e a venda dos bens em leilão público.
- b) Para decretação do sequestro, é necessária a existência de provas da proveniência ilícita dos bens.
- c) Estão sujeitos a sequestro os bens adquiridos com os proventos da infração penal, quando desta haja resultado, de qualquer modo, lesão a patrimônio sob administração militar, desde que não tenham sido transferidos a terceiros por qualquer forma de alienação, ou ainda por abandono ou renúncia.
- d) Estão sujeitos ao sequestro os bens imóveis do acusado, para satisfação do dano causado pela infração penal ao patrimônio sob administração militar.
- e) A autoridade judiciária militar, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo, desde que após a denúncia.

53. Quanto à lei de processo penal militar e sua aplicação, selecione a alternativa **CORRETA**.

- a) Aplicam-se as normas do CPPM aos processos regulados em leis especiais, salvo decisão judicial em contrário.
- b) A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expressões. Os termos técnicos não de ser entendidos em sua acepção especial, salvo se evidentemente empregados com outra significação.
- c) Os casos omissos no CPPM serão supridos somente pela legislação de processo penal comum.
- d) Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas do CPPM e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as primeiras.

e) O processo penal militar rege-se pelas normas contidas neste Código, assim tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial mais favorável ao acusado.

54. Sobre a ação penal militar, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Qualquer pessoa, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção, o que configura a *delatio criminis* postulatória.
- b) Apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- c) A denúncia deve ser apresentada sempre que houver prova de fato que, em tese, constitua crime e indícios de autoria, em razão do princípio da disponibilidade.
- d) A denúncia será inepta se já estiver extinta a punibilidade.
- e) Sempre que, no curso do processo, o Ministério Público necessitar de maiores esclarecimentos, de documentos complementares ou de novos elementos de convicção, poderá requisitá-los de qualquer autoridade militar ou civil, em condições de fornecê-los, mediante autorização judicial.



SEGURANÇA PÚBLICA

55. Em relação à história, características, funções, competências e estrutura organizacional da Polícia Militar do Piauí, associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**.

- I. () A Polícia Militar do Piauí foi instituída por meio da Resolução nº 13, de 25/6/1835, de autoria do Barão da Parnaíba, Presidente da Província do Piauí, com a função precípua de preservação da ordem pública.
- II. () Em razão da escassez de efetivo, atualmente a Polícia Militar do Piauí está presente em apenas metade dos municípios piauienses.
- III. () A Polícia Militar do Piauí estrutura-se hierarquicamente segundo o modelo do Exército brasileiro, com dois “círculos hierárquicos”, Oficiais e Praças, dentro dos quais se dispõem os postos (dos Oficiais) e graduações (das Praças), no total de 14 (quatorze) níveis de hierarquia.
- IV. () A ocupação da estrutura burocrática da PMPI tem como base o conhecimento científico e a profissionalização para a assunção de funções que são atreladas aos Cursos de qualificação e titulação.
- V. () A estrutura administrativa e operacional da PMPI foi reestruturada pela Lei nº 6.792, de 19/4/2016, que estabeleceu a organização funcional da Polícia Militar do Piauí. Nessa nova estrutura, as Diretorias são órgãos de direção setorial para desenvolvimento de suas atividades.
- VI. () Operacionalmente, a PMPI conta com dois Grandes Comandos: Comando de Policiamento da Capital (CPC), responsável pelo policiamento ostensivo em Teresina, e o Comando de Policiamento do Interior (CPI), que realiza o policiamento no interior do Piauí.

VII. () Na prática, as ações da Polícia Militar do Piauí restringem-se à operacionalidade, ou seja, ao policiamento ostensivo.

- a) V, V, V, F, V, F, V
b) V, F, F, F, V, F, F
c) V, F, V, V, V, F, V
d) V, F, V, F, V, F, V
e) V, F, V, F, V, F, F

56. A Lei nº 13.675, de 11/6/2018, instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Com fundamento na elencada norma, analise as assertivas a seguir sobre as diretrizes da PNSPDS, associando “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.

- I. () Planejamento estratégico e sistêmico.
- II. () Atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública.
- III. () Fortalecimento das ações de combate ao crime, priorizando políticas de enfrentamento, com ênfase para os grupos vulneráveis.
- IV. () Formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional.
- V. () Participação social nas questões de segurança pública.
- VI. () Independência das Políticas de Segurança Pública em relação às Políticas Sociais, pois estas não influenciam aquelas.
- VII. () Celebração de termo de parceria e protocolos com agências de vigilância privada, respeitada a lei de licitações.



VIII. () Atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana.

- a) F, F, F, V, V, F, V, F
- b) F, V, F, V, F, F, V, V
- c) F, V, F, V, V, F, F, V
- d) F, V, F, V, V, F, V, V
- e) F, V, F, V, V, F, V, F

57. Tendo como referência a filosofia da Polícia Comunitária, associe “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.

- I. () A essência que nos permite avaliar um programa de Polícia comunitária é justamente o grau de democratização da função policial, ou seja, participação social.
- II. () A Polícia Comunitária deve focar suas ações na repressão em detrimento da ação preventiva, atuando verdadeiramente como Polícia.
- III. () A eficiência e eficácia da Polícia é estabelecida pelo volume de prisões realizadas no menor espaço de tempo, ou seja, é o tempo-resposta.
- IV. () A Polícia Comunitária deve trabalhar fundamentalmente a imagem da Corporação, nos meios de comunicação, nas mídias sociais, pois a propaganda é necessária para legitimação da imagem da Polícia.
- V. () A Sociedade não só deve, mas pode realizar o policiamento comunitário, no âmbito de sua vizinhança, ajudando assim, a construção de uma Segurança Pública mais cidadã.
- VI. () O Principal aspecto inovador da filosofia de Polícia Comunitária reside na possibilidade de uma gestão compartilhada da Segurança

Pública, entre o poder público e a comunidade, na resolução de seus problemas cotidianos.

VII. () A eficácia, eficiência e efetividade do Estado na gestão de uma sociedade pluralista está relacionada à democratização de seus processos decisórios.

- a) V, V, F, F, F, V, V.
- b) V, F, F, F, F, V, V.
- c) V, F, V, F, F, V, F.
- d) V, V, V, F, F, V, V.
- e) V, F, V, F, V, V, F.

58. A Segurança Pública, compreendida como política pública, ainda se encontra em fase de construção, tendo em vista que o processo de redemocratização brasileira é recente (1985). Assim, percebe-se no discurso oficial uma forte tendência em garantir, formalmente, a participação da sociedade na discussão da questão da Segurança Pública, mas na prática há limitações quanto a essa gestão compartilhada da Segurança Pública. Portanto, a descentralização do poder decisório do Estado por meio da participação direta dos cidadãos no planejamento da Segurança Pública constitui um dos pilares da nova prevenção (SOUSA, Reginaldo Canuto. Introdução à Segurança Pública, 2013).

Desta forma, o entendimento sobre a Segurança Pública se alargou bastante passando indubitavelmente pelo contexto, pela análise social e política. Considerando tais mudanças advindas da Carta Constitucional de 1988, analise as assertivas a seguir referentes à Segurança Pública brasileira, associando “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s) e, ao final, assinale a alternativa com a sequência **ADEQUADA**.

- I. () A Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade das Polícias, principalmente no enfrentamento da Violência Criminal, devendo ser priorizada as políticas de repressão ao Crime.



- II. () A Segurança Pública dependerá diretamente do modelo político adotado, podendo-se concluir que a competência das instituições policiais na época da Ditadura Militar (1964-1985) era totalmente diferente das atuais atribuições policiais, que se tornaram mais acessíveis à participação social.
- III. () A discussão do tema Segurança Pública tornou-se de fundamental importância no contexto atual, principalmente por focar a necessidade de a sociedade participar da gestão da Segurança Pública, considerando que o modelo tradicional do Sistema de Segurança Pública se esvaiu em sua burocracia, a qual não consegue atender às demandas da sociedade e diminuir os índices de criminalidade.
- IV. () Na análise conceitual da categoria Segurança Pública, deve prevalecer seus aspectos legais, sendo de responsabilidade exclusiva do Estado sua manutenção, através da ação da Polícia preventivamente e pós delito.
- V. () No sistema de Segurança Pública brasileiro, a Polícia deve ser o principal ator social no enfrentamento da violência, pois representa a autoridade do Estado, e, conforme a Constituição Federal, é sua responsabilidade a manutenção da ordem pública.
- VI. () A Segurança Pública no contexto atual deve ser estruturada com base na ação Estatal e focar na investigação criminal eficiente, na perícia criminal técnica de qualidade para responsabilizar os autores dos delitos.
- VII. () A Segurança Pública é uma política pública, consubstanciada pela ação estatal e comunitária, em parceria, que objetiva prevenir e enfrentar a violência criminal, nas suas diversas manifestações e dimensões, principalmente garantindo o acesso à cidadania

plena, no âmbito de suas competências, mediante instituições policiais e a comunidade como um todo, pois é elemento essencial para manutenção da ordem pública.

- a) F, V, V, F, F, F, V.
b) V, V, V, V, F, F, F.
c) V, V, V, V, F, F, V.
d) F, V, V, V, F, F, F.
e) F, V, V, V, F, F, V.

59. O novo contexto democrático passou a exigir uma nova postura da Polícia, assim como uma nova concepção de ordem pública e um novo comportamento que deixasse de lado velhos paradigmas, até então, baseados na doutrina de Segurança Nacional. (MACINEIRO, Nazareno. *Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades*. Florianópolis: Insular, 2009).

Analise os itens a seguir, e identifique a alternativa que apresenta apenas características da filosofia de Polícia Comunitária.

- I. O papel da Polícia é preocupar-se com a resolução do crime.
II. O policial presta contas de seu trabalho ao superior e a comunidade.
III. A eficiência da Polícia é determinada pelo menor tempo-resposta no atendimento da ocorrência.
IV. As prioridades da Polícia são, por exemplo, roubo a banco, homicídios, latrocínios, ou seja, ocorrências sérias que envolvam violência criminal.
V. A efetividade da ação policial se consubstancia durante todo atendimento da ocorrência: antes, durante e, principalmente, depois, quando será mensurado o grau de satisfação do cidadão atendido.
VI. A força é empregada como técnica de resolução de problemas.
VII. As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade.
VIII. A eficácia da atividade policial é verificada em razão de sua ação



proativa, preventiva, no sentido de evitar a ação delituosa.

IX. O policial trabalha voltado principalmente para a marginalidade presente em sua área, e essa marginalidade representa pequena parcela da população residente ali.

- a) II, V, VII, VIII
- b) I, III, IV, VI
- c) II, V, VI, VII
- d) I, II, V, VII, VIII
- e) II, V, VII, VIII, IX

60. Considerando os aspectos conceituais, doutrinários e gerenciais da Segurança Pública no Brasil, na perspectiva de um modelo eficiente, eficaz e efetivo, analise as assertivas a seguir, associando “V” para as afirmações Verdadeiras e “F” para as Falsas. Em seguida, marque a alternativa com a sequência **ADEQUADA**

- I. () A Política de Segurança Pública contemporânea deve priorizar todos os seus esforços em adquirir mais armamentos, viaturas e aumento de efetivos policial para combate à criminalidade.
- II. () O estudo da Segurança Pública está estreitamente relacionado à categoria ordem pública, que corresponde a três elementos: a segurança pública, a tranquilidade pública e a salubridade pública.
- III. () Uma política de Segurança Pública deve priorizar, segundo os princípios constitucionais vigentes, a manutenção da ordem, com respeito às leis e aos direitos humanos e, principalmente, a participação social para sua construção.
- IV. () Políticas de segurança pública é expressão referente às atividades tipicamente policiais; é a atuação policial “*strictu sensu*”. Políticas públicas de segurança é expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não governamentais, que sofrem

impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência.

V. () O PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que atuou no Rio de Janeiro, antes da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016), é exemplo de Política de Segurança Pública.

VI. () A compra de Armamento, aquisição de viaturas e aumento de efetivo caracterizam uma Política Pública de Segurança.

VII. () Todos os entes federados, nos três níveis de Poder, devem construir suas políticas relacionadas à Segurança Pública, consubstanciada por um documento formal denominado de Plano de Segurança Pública, principalmente com a participação social, o qual deverá detalhar estratégias, as metas, os indicadores e as ações para o alcance desses objetivos

- a) F, F, V, V, F, F, V
- b) V, V, V, V, F, F, F
- c) F, V, V, V, F, F, V
- d) V, V, V, V, V, F, V
- e) F, V, V, V, F, F, F



PROVA ESCRITA DISSERTATIVA

TEXTO I

A unificação das polícias é a solução para a crise de segurança no Brasil?

Muito se discute sobre o assunto e, por conseguinte, surgem ideias equivocadas, como acreditar que, mudando a estruturação, conseguirão reduzir a criminalidade – como se mudando os rótulos, o conteúdo mudasse automaticamente.

[...]

A unificação pode ser uma saída? Talvez, mas não será uma solução viável, pois o maior problema é o Poder Público desestruturado. Outrossim, nota-se que a unificação das polícias seria uma catástrofe constitucional. Por derradeiro, é preciso aumentar nas ruas a quantidade de bons policiais, bons em intenção e em preparo técnico profissional.

(<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/473860285/a-unificacao-das-policias-e-a-solucao-para-a-cri-se-de-seguranca-nobrasil>, acesso em 29.3.2021- adaptado)

TEXTO II

A unificação das polícias no Brasil

Hélio Bicudo

[...]

Na verdade, a segurança pública não é apenas uma questão de polícia. Mas, sem dúvida, cabe a ela uma participação relevante na preservação e na manutenção do que poderíamos chamar de paz pública.

No Brasil, entretanto, lamentavelmente, a polícia - como existe hoje, compartimentalizada em polícia militar e polícia civil - não atende às necessidades da sociedade, relativamente à sua segurança.

Trata-se de um modelo esgotado e que fora montado, nos anos da ditadura militar, para a segurança do Estado, na linha da ideologia da segurança nacional, segundo a qual quem não é amigo é inimigo e como tal deve ser tratado, linha de atuação que qualificou, naquele período da nossa história, a atuação policial.

(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300010, acesso em 29.3.2021- adaptado)

Redija, em norma padrão da Língua Portuguesa, um texto dissertativo-argumentativo em prosa, com o mínimo de 30 (trinta) linhas e o máximo de 40 (quarenta) linhas, expressando seu posicionamento sobre a questão da unificação das Polícias.